

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 565 - Brasília, quarta-feira, 15 de outubro de 1997



Ladeado por Antonio Carlos e Michel Temer, Clinton chega ao Congresso

ACM faz balanço positivo da visita de Clinton ao Congresso

Posição do presidente norte-americano reconhecendo a importância do Mercosul, diante de parlamentares brasileiros, resultará em sensível melhoria nas relações com o país, prevê o senador

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, considerou muito positiva a fala do presidente norte-americano Bill Clinton aos parlamentares brasileiros, reconhecendo a importância do Mercosul. Ele previu que essa posição vai resultar em uma

sensível melhoria nas relações com o Brasil. Antonio Carlos fez o comentário ao final da visita de Clinton ao Congresso.

O presidente norte-americano chegou ao Salão Negro às 15h, após cumprimentar os presidentes do Senado e da Câmara. Ao assinar o Livro de Honra, ele escreveu

uma mensagem de agradecimento pela hospitalidade e enalteceu o trabalho do Congresso por "um futuro melhor para o povo do Brasil". Em seguida, Clinton iniciou o encontro com os presidentes das duas Casas e com cerca de uma centena de deputados e senadores. **Página 3**



Valmir é aprovado para o TCU

Por 63 votos favoráveis e apenas uma abstenção, o plenário do Senado aprovou ontem o nome do senador Valmir Campelo para o cargo de ministro do TCU. **Página 7**

Elcio Alvares nega ter articulado manobra

O senador Elcio Alvares contestou nota publicada pela *IstoÉ*, segundo a qual ele teria articulado manobra visando beneficiar seu partido, o PFL, na votação da Lei Eleitoral. Ele foi apoiado por Francelino Pereira e por Osmar Dias. **Página 5**



O senador José Sarney presidiu ontem a reunião da CRE

Comissão decide enviar ao Itamaraty recomendação para incluir em acordos sobre turismo cláusula coibindo o turismo sexual

Relações Exteriores aprova acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem pareceres favoráveis ao acordo firmado entre o Brasil e a Coreia, celebrado em 11 de setembro de 1996, sobre concessão de vistos para viagens, e ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional com a República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de fevereiro de 1997.

Na mesma reunião, foram acolhidos ainda os seguintes acordos: Constitutivo da Associação dos Países Produto-

res de Estando, celebrado em 29 de março de 1983; de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, firmado com o governo mexicano, em 18 de novembro de 1996; Internacional de Madeiras Tropicais, concluído em 26 de janeiro de 1994; e o relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, em 31 de julho de 1996, com o governo do Reino dos Países Baixos.

Além de aprovar o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos de Plásticos

para Fins de Detecção, assinada em Montreal, em 1º de março de 1991, os membros da comissão decidiram que a CRE deverá enviar ofício ao Itamaraty recomendando que, "nos acordos bilaterais sobre turismo, sejam incluídas cláusulas para coibir a prática do turismo sexual".

A CRE aprovou também as cinco emendas coletivas que encaminhará ao projeto de Orçamento Geral da União para 1997: uma de Emília Fernandes (PDT-RS), duas de Marluce Pinto (PMDB-RR) e duas de iniciativa de José Sarney (PMDB-AP).

Simon sugere que FHC anuncie gasoduto no Sul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apelou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que, em sua visita ao Rio Grande do Sul nesta semana, anuncie a construção do gasoduto Brasil/Argentina e que este chegue até Porto Alegre. "Seria uma grande festa no estado se o presidente assinasse um protocolo de intenções nesse sentido", disse.

Simon lembrou que já há um acordo firmado entre Brasil e Argentina para a implementação do gasoduto, que sairá do nordeste argentino, entrando no território nacional em Uruguaiana (RS). O senador defendeu a extensão até Porto Alegre com o objetivo de interligar a área do Mercosul ao Sudeste brasileiro através de



Simon: "seria uma festa"

dois gasodutos: o Brasil/Argentina e o Bolívia/Brasil, que deverá chegar até a capital gaúcha, fazendo assim a unificação de ambos.

Pedro Simon informou que Fernando Henrique Cardoso chega ao Rio Grande do Sul amanhã para assistir a exercícios militares de tropas argentinas, brasileiras e uruguaias em Rosário do Sul.

Suassuna condena ação da Cyanamid

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou ontem preocupante a liminar emitida pela Justiça do Rio de Janeiro em favor da empresa norte-americana Cyanamid, impedindo a empresa brasileira Herbitécnica de registrar a patente de um produto herbicida. Segundo o senador, a decisão foi tomada sob alegação de que a empresa norte-americana já fabricava um

produto idêntico.

Sem entrar na discussão sobre a semelhança ou não dos herbicidas, Suassuna afirmou que a medida é "um absurdo jurídico que atenta contra qualquer norma reguladora da atividade comercial, industrial, científica e patentária" porque o produto estrangeiro em questão estava com a patente vencida há um ano.

Agenda do Dia

PRESIDÊNCIA

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Participa de reunião com os líderes partidários no Senado

Pauta: Discussão de normas sobre autorização de empréstimos a estados e municípios

15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia do Professor.

Oradores: Emília Fernandes, Ney Suassuna, Joel de Hollanda, Sebastião Rocha, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Romero Jucá e Esperidião Amin

Pauta: "PDL nº 116/96, aprova o ato que outorga permissão à Carícia Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Correntina, estado da Bahia; "PDL nº 117/96, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberdade de Caruaru Ltda.; "PLC nº 76/96, dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação do número telefônico e do endereço do Procon, por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços; "PLS nº 257/96, dispõe sobre direito de resposta; e o primeiro dia de discussão da "PEC nº 20/97, altera o caput do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição federal.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 130/93, concede ao idoso e ao deficiente físico ou mental o benefício da percepção de um salário mínimo mensal, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família; "PLC nº 11/97, dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; "PLS nº 32/97, dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95, dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 18/96, dá nova redação ao artigo 8º da Constituição federal, suprimindo o inciso II, que trata da unicidade sindical; "PLS nº 198/96, acrescenta parágrafo ao artigo 14 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para submeter o servidor público a avaliação médica periódica; e "PLS nº 29/95, institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal. Sala 05 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

"O Brasil é sem dúvida o melhor parceiro dos Estados Unidos, e os Estados Unidos, para terem esse parceiro, precisam tratar o Brasil como o Brasil merece", afirmou ontem o senador, após a visita do presidente americano ao Congresso

ACM leva a Clinton questão dos vistos a brasileiros

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou "excelente" a visita do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ao Congresso Nacional. Falando à imprensa na tarde de ontem, pouco depois de encerrado o encontro, Antonio Carlos revelou ter solicitado a atenção de Clinton para o problema da obtenção de vistos de entrada por brasileiros.

O senador explicou que tocou no assunto ao dirigir-se a Clinton durante a reunião com senadores e deputados no Salão Negro do Congresso Nacional, tendo dito ao presidente que não abordaria a questão ali, por julgar o momento inadequado, e que havia detalhado sua posição a um membro da comitiva - o senador democrata Christopher Dodd, de Connecticut, recebido em audiência, no gabinete da presidência do Senado, ontem de manhã - que se comprometeu a transmitir suas observações a Clinton, logo que possível.

Antonio Carlos Magalhães



O presidente norte-americano foi recebido no Salão Negro pelo presidente do Senado

disse que compreende que os Estados Unidos tenham o direito de levantar restrições à entrada de estrangeiros, mas reclamou dos exageros.

- Não é possível que se façam restrições a pessoas que têm todas as condições de estar em qualquer país do mundo, ainda mais se os Estados Unidos dão abertamente vistos, na mesma situação, a cidadãos de outro país, como é o caso da Argentina - afirmou.

O presidente do Senado acrescentou que "o Brasil é sem dúvida o melhor parceiro dos Estados Unidos, e os Estados Unidos, para terem esse parceiro, precisam tratar o

Brasil como o Brasil merece".

A respeito da fala de Bill Clinton aos parlamentares, Antonio Carlos considerou "muito positiva" a declaração

brasileiras.

- Acho que ele nem poderia dar essa garantia, no momento em que está visitando outros países da América do Sul - observou.



ACM reclama ao senador Dodd tratamento igualitário a brasileiros

Primeiro o Mercosul, diz Melo

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, disse ontem, em entrevista à imprensa, que a visita do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, é importante para o Brasil e para a América Latina, porque há muitos interesses entre o continente e a nação norte-americana.

- Há a necessidade de aprofundar as nossas relações e ter uma oportunidade mais ampla de discussão de todos os pontos. A visita veio em um momento em que estamos todos na América do Sul aplicados na tarefa de construir comunidades econômicas - afirmou.

Geraldo Melo defendeu a necessidade de, antes da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), se consolidar o Mercosul, com a inclusão de outros países nesse acordo, como Peru, Chile, Bolívia, Venezuela, Colômbia e Equador.

- Devemos fortalecer primeiro o Mercosul até que tenhamos a possibilidade de desenvolver uma verdadeira parceria na Alca, o que é diferente de uma simples adesão dos países sul-americanos. Precisamos ter uma posição que seja mais semelhante à situação do Canadá, no Nafta, do que à situação do México, que não influi nas decisões desse bloco - ponderou.



Melo: Alca fica para depois

Clinton agradece "calorosa" hospitalidade

Thank you for your warm hospitality and your work for a better future for all the people of Brazil

Bill Clinton
10-14-97

O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, chegou ao Salão Negro do Congresso Nacional às 15h, após cumprimentar os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, assinou o Livro de Honra e apertou a mão de jornalistas e funcionários da Casa, antes de entrar na sala onde era esperado pelos parlamentares.

"Obrigado pela calorosa hospitalidade e pelo seu trabalho por um futuro melhor para o povo do Brasil. Bill Clinton, 14.10.97": esta é a tradução da mensagem escrita pelo presidente norte-americano no Livro de Honra, que guarda o registro das visitas de autoridades estrangeiras e chefes de Estado ao Congresso Nacional. O encontro de Clinton com os presidentes das duas Casas e com cerca de uma centena de deputados e senadores não foi acompanhado pela imprensa, e durou meia hora.

Mensagem deixada por Clinton ao assinar o Livro de Honra do Congresso

Senador acredita que texto da reforma da Previdência aprovado pelo Senado permitirá, caso seja acolhido pela Câmara, que governadores parem de pagar até R\$ 35 mil para coronéis das polícias militares

Dutra prevê o fim de aposentadoria milionária

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, sustentou ontem que a reforma da Previdência aprovada pelo Senado, com a supressão de uma parte proposta por ele próprio, permitirá que os governadores parem de pagar "aposentadorias de até R\$ 35 mil para coronéis das polícias militares", desde que o texto seja mantido pelos deputados. Para ele, os militares também estarão sujeitos ao teto salarial do serviço público, a ser fixado em R\$ 12.720,00 pela reforma administrativa.

Dutra voltou a defender uma previdência universal e única para todo trabalhador brasileiro, seja militar, funcio-



Dutra: pela previdência universal nário público, juiz ou empregado de empresa privada. Na sua opinião, não há necessidade de uma previdência especial para os militares. Eles poderão ter aposentadoria diferenciada do restante dos servidores públicos, assim como hoje têm pessoas que trabalham em locais insalubres, como mergulhado-

res ou mineiros, de acordo com o senador.

Dutra salientou que nunca teve dúvida de que, oportunamente, "o Congresso terá que rever a situação dos militares".

- Os militares terão de contribuir como os civis e não poderão receber, na aposentadoria, proventos que excedam os salários da ativa. Acho que também vão ter redutor ou teto, se for o caso. As diferenças relacionadas ao seu tipo de atividade - idade mínima, tempo de contribuição etc. - estão contempladas no Estatuto dos Militares. O texto aprovado pelo Senado terá de ser adaptado, senão o Estatuto dos Militares estará ferindo a Constituição - manifestou.

José Alves analisa a situação dos médicos

O senador José Alves (PFL-SE) disse ontem que as dificuldades por que passa o sistema de saúde no país, decorrentes da retração dos investimentos governamentais por longo período, resultaram no progressivo sucateamento e desarticulação da rede pública de hospitais e serviços de saúde, na proliferação mercantil de planos, seguros e cooperativas para o atendimento das necessidades da população.

Outra consequência por ele apontada foi a descaracterização da medicina como profissão liberal, agravando a situação da realidade profissional da classe médica, que a cada dia vem se tornando em mais uma categoria de assalariados.

Segundo José Alves, o rebaixamento da remuneração dos médicos, obrigados a manter diversos vínculos de trabalho, vem resultando em perda de autonomia.

José Alves citou pesquisa da Fiocruz sobre o trabalho de 183



Alves: distorções na Saúde

mil médicos: 45,3% têm até duas atividades; 30% têm três atividades e 24,4% têm mais de três atividades ou vínculos de trabalho. Segundo a pesquisa, 80,4% dos médicos se declaram insatisfeitos, que a atividade é desgastante, trabalham em condições insatisfatórias, com excesso de encargos, jornada prolongada, acumulação estafante de empregos, baixa remuneração, excesso de responsabilidade em face da carência de recursos e meios, pressão social e relação de vida e morte com os pacientes.

Benedita propõe tratamento específico para mulheres

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem o desenvolvimento de políticas públicas e programas de prevenção específicos em relação à saúde mental das mulheres. Para ela, as diferenças de gênero nunca foram abordadas como um fator a ser considerado no que toca à saúde mental.

- Hoje, essas diferenças são reconhecidas por organismos internacionais e não-governamentais, bem como por certos serviços públicos e psiquiátricos. As mulheres enfrentam conflitos nas relações familiares, no casamento, na reprodução, na criação dos filhos, no divórcio, na viuvez, na educação e no trabalho - apontou.

Na opinião de Benedita, certas circunstâncias são fatores estressantes na vida das mulheres. Algumas delas são expostas a abuso físico e sexual, gravidez

indesejada, pobreza e ausência de poder. A senadora acrescentou que diversos estudos mostram que o principal mal-estar que afeta a saúde feminina é a depressão.

- É imprescindível considerar a saúde das mulheres, vinculando-a às suas necessidades e ao seu contexto, assim como são necessários profissionais com orientação diferente da visão tradicional sobre a saúde feminina - concluiu.



Benedita: uma nova visão

Amin presta homenagem ao criador da merenda escolar

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou ontem que o país precisa cultivar a memória de seus grandes homens para que sirvam de modelo de patriotismo e civilidade, sendo motivo de orgulho para os cidadãos brasileiros. "Parece até que temos vergonha de termos nascido nos trópicos, que deveríamos ser escandinavos ou norte-americanos para termos auto-estima", disse ele.

Na sua opinião, o ex-senador Carlos Gomes de Oliveira, homenageado na primeira parte

da sessão de ontem, é exemplo de um desses "grandes homens cuja memória deve ser cultuada para as gerações futuras". Ocupando cargos de vereador, prefeito, deputado e secretário de estado, ele trilhou uma carreira política de 40 anos de integridade moral e pelo rigor na defesa dos interesses do povo, observou Amin.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), falando também em nome do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), lembrou o programa "Sopa escola",



Amin destaca a integridade

criado por Carlos Gomes de Oliveira, que foi adotado pelo Ministério da Educação como "merenda escolar" para todo o país.

Maldaner enaltece visão futurista

O senador Casildo Maldaner homenageou o ex-senador catarinense Carlos Gomes de Oliveira, cujas idéias e propostas "continuam vivas nos debates dessa Casa e aos pou-



Maldaner: Idéias continuam vivas

cos vão se materializando." Ele citou o exemplo do Mercosul, antevisto por Gomes de Oliveira em 1951, quando foi criada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca). Segundo Maldaner, ele profetizou: "Temos a integração econômica como se procurou fazer na Europa".

Um relato da vida pública de Gomes de Oliveira foi traçado por Maldaner, desde sua entrada na política, em 1921, quando seu jornal defendeu a candidatura de Nilo Peçanha em oposição à de Arthur Bernardes. Ele foi deputado estadual, federal e

constituente, tendo sido eleito senador em 1951. Durante esse mandato já debatia a participação dos empregados nos lucros da empresa, comentou Maldaner.

- Dono de uma visão futurista, defendia o aumento da produção agrícola para fixar o homem ao campo e atender às necessidades mínimas de consumo do povo brasileiro; promoveu a reforma do ensino público em grupos escolares; e criou o Código Judiciário em 1928, de ação sumariíssima, verbal e gratuita - enumerou.

O líder do governo no Senado disse que o texto publicado é um "insulto" e só contém informações mentirosas, e que ele não fez pedido de voto a qualquer senador

Elcio desmente nota da IstoÉ

O senador Elcio Alves (PFL-ES), líder do governo no Senado, contestou ontem, em discurso, nota publicada pela revista IstoÉ desta semana, segundo a qual ele teria articulado manobra, usando o nome do presidente da República, nas votações da Lei Eleitoral e da reforma da Previdência. Elcio leu em plenário fax enviado à revista, no qual considera a nota "Crise de Credibilidade" um "insulto" e com informações mentirosas.

- Não tem procedência a informação de que levei meus pares a votar a Lei Eleitoral para beneficiar o meu partido, o PFL, mesmo porque toda a imprensa nacional considerou a votação altamente favorável ao governo. Não in-



Elcio: nota da revista não tem nenhum sentido

voquei o nome do presidente Fernando Henrique Cardoso "usando e abusando", conforme pretende a IstoÉ - disse o líder do governo.

Elcio Alves afirmou que o

presidente da República "jamais botou panos quentes em imaginária renúncia" do cargo de líder do governo "pelo simples fato de não ter havido qualquer conversa entre nós a respeito". Ele esclareceu que, na votação da Previdência, no segundo turno, não fez pedido de voto a qualquer senador.

No primeiro turno, continuou, seguiu orientação do Ministério da Previdência. O senador acrescentou que informou à imprensa, antes da votação da reforma da Previdência em se-

gundo turno, que o presidente da República não apoiava a expressão "no que couber", que permitiria aposentadoria especial para juízes.

Elcio assinalou que não negou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a posição que tomou no segundo turno da reforma da Previdência. "Assim, não tem o menor sentido a afirmação da revista de que o presidente do Senado teria ido ao presidente da República confirmar a posição do governo sobre a expressão", observou o líder.

- Daí se conclui que não há qualquer veracidade na tentativa de, intrigando, vislumbrar crise de credibilidade no âmbito da liderança do governo no Senado - destacou.



Ademir: Motta desagradou

Ademir acusa ministro de inconveniência no Círio de Nazaré

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem o comportamento do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, na festa do Círio de Nazaré, em Belém. Para ele, o ministro foi "inconveniente" ao dar declarações políticas em uma festa religiosa, como a cobrança, feita por Motta, de o PMDB ter ou não candidato próprio à Presidência da República.

- As colocações do ministro não tinham nada a ver com o Círio de Nazaré, uma das festas mais importantes do mundo, que congrega um milhão de pessoas, em um ato de fé e esperança, e desagradaram os paraenses - disse.

Ademir Andrade também condenou a afirmação de Sérgio Motta de que daria R\$ 6 milhões a um projeto do governo paraense que prevê a transformação de armazéns das docas do porto de Belém em estandes de turismo. "O ministro falou como se fosse dono dos recursos públicos, sendo que o projeto nem é da área de atuação da sua pasta", afirmou.

- Agradeço a boa vontade do ministro Sérgio Motta, mas ele deveria lembrar-se da promessa, hoje esquecida, que Fernando Henrique Cardoso fez na campanha presidencial, de investir R\$ 2 bilhões na infra-estrutura no Pará, ao invés de oferecer migalhas ao estado - frisou.



Francelino Pereira: desagravo em nome do partido

Francelino elogia conduta do líder do governo

Em nome do PFL, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou a conduta do líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), tanto na votação da Lei Eleitoral quanto da reforma da Previdência.

- Havia combinado com o líder Hugo Napoleão de prestar solidariedade ao senador Elcio Alves por vários motivos, sobretudo por sua conduta, por sua credibilidade, por sua seriedade e pelo zelo com que exerce a sua vida pública. Em nome do PFL, manifesto nossa solidariedade, dizendo-lhe do nosso apreço à sua pessoa e da nossa repulsa à acusação que pesou sobre a sua conduta - assinalou Francelino Pereira.

O presidente do Senado,

Antonio Carlos Magalhães, associou-se "às manifestações de apreço" a Elcio Alves "por sua atuação no Senado, por sua correção de vida política e pessoal".

Notícia publicada ontem pela *Gazeta*, de Vitória, sob o título "Elcio contesta crise anunciada em revista e defende o governo", será transcrita nos Anais do Senado, a pedido de Francelino Pereira.

Conforme a notícia, o líder do governo no Senado "repeleu com veemência" a nota da IstoÉ dando conta de que ele estaria passando por uma crise de credibilidade. A matéria cita uma frase de Elcio Alves, onde ele afirma: "Jamais fui homem dado a mentiras e não aceito juízo difamatório".



Osmar Dias: sem pedido "nesse ou naquele sentido"

Osmar seguiu apenas a orientação pública de FHC

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ao plenário que o líder Elcio Alves participou de conversas na liderança do PSDB, antes da votação da reforma da Previdência, em primeiro turno, mas "em nenhum momento deu qualquer orientação para que a votação fosse nesse ou naquele sentido". "E isso eu acabei de dizer a um jornalista da revista IstoÉ. Por isso, a notícia publicada na revista, no que se refere a mim, não tem procedência", observou.

O senador paraense lembrou ter afirmado durante a votação da reforma da Previdência em segundo turno que, após a condenação feita pelo presidente da República quanto à possibilidade

de aposentadoria especial para juízes, passaria a votar conforme a orientação pública de Fernando Henrique Cardoso.

Osmar Dias explicou ter votado em primeiro turno a favor de toda a reforma previdenciária, inclusive a expressão que poderia permitir aposentadoria especial de juízes. Disse ter consultado o líder de seu partido, senador Sérgio Machado (CE), e ouviu dele que a bancada seria liberada. Por estar inseguro quanto à matéria, decidiu, no primeiro turno, acompanhar sua liderança, mas no segundo turno, após a declaração do presidente da República, votou pela reforma, mas contra a aposentadoria diferenciada dos juízes.

Júnia diz que seca em Minas traz o desespero

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) alertou ontem para a situação "caótica e desesperadora" em que se encontram vários municípios do Vale do Jequitinhonha, assolados pela seca. Ela disse que uma das esperanças para a região é a aprovação de projeto de sua autoria que integra a região na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). E explicou que a matéria já foi aprovada, com emendas, pela Câmara dos Deputados, e voltou ao exame do Senado.

- A situação, realmente, é muito grave, já que até o gado está morrendo por causa da seca. Um milhão de pessoas estão vivendo o caos, pois não há recursos, saneamento básico nem abastecimento de água - disse.

Júnia Marise reiterou convite ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para visitar, juntamente com uma comissão de senadores, o Vale do Jequitinhonha, e ver de perto as dificuldades por que passa a região.



Júnia: o gado já está morrendo

Senado tem programa só para crianças

A Coordenação de Relações Públicas do Senado preparou uma programação especial para comemorar a semana da criança: às 10h de hoje será exibido no Auditório Petrônio Portella o filme *O menino Maluquinho*, de Helvécio Raton. Baseado no livro do cartunista Ziraldo, o filme conta a história de uma criança que dribla suas dificuldades com esperteza e sabedoria.



Os senadores defenderam suas emendas ao Orçamento na reunião da CI, que aprovou uma para cada região

Todas as regiões do país foram beneficiadas na reunião de ontem da comissão, que contemplou obras como dragagem e saneamento

Infra-Estrutura aprova 5 emendas ao Orçamento

Reunida sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem pela manhã as cinco emendas que encaminhará à proposta orçamentária da União para 1998. De acordo com critério definido pela comissão, cada emenda vai beneficiar uma região do país.

As emendas têm os seguintes valores e destinações:

Norte - de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), no valor de R\$ 40 milhões, para ações de drenagem e sa-

neamento básico em toda a região;

Sul - emenda da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), no valor de R\$ 5 milhões, para obras de dragagem no porto de Pelotas (RS), "com vistas ao desenvolvimento do Mercosul";

Centro-Oeste - emenda dos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT), no valor de R\$ 10,90 milhões, para duplicação de um trecho da BR-343, na serra de São Vicente, "que dá acesso do Centro-Oeste com o restan-

te do país";

Nordeste - emenda do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), no valor de R\$ 11 milhões, para pavimentação de rodovia entre o oeste da Bahia e o sul do Piauí; e

Sudeste - emenda dos senadores Gérson Camata (PMDB-ES), Elcio Alvares (PFL-ES) e Regina Assumpção (PTB-MG), no valor de R\$ 6 milhões, para a construção e pavimentação de um trecho da BR-342, que liga os municípios de Nova Venécia (ES) e Teófilo Otoni (MG).

Segurança no tráfego aquaviário

Também na reunião de ontem, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura concedeu pedido de vista coletiva a projeto de lei oriundo da Câmara, de autoria do Executivo, que estabelece normas de segurança no tráfego aquaviário e de prevenção da poluição das águas de jurisdição nacional. O parecer favorável sobre a matéria, de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), deverá ser examinado pela comissão na próxima semana.

A proposição objetiva dar força de lei ao atual Regulamento do Tráfego Marinho, baixado por decreto do Executivo, e abrange todas as embarcações brasileiras - à exceção das de guerra - e estrangeiras, além de aeronaves na superfície das águas, em mar aberto ou hidrovias interiores. Pondera o relator, em seu parecer, que o fato de a navegação estar regulada por decreto "tem causado dificuldades jurídicas incontornáveis, principalmente quando envol-

ve vultosos interesses econômicos particulares, por vezes contrariados à vista do interesse público".

Caberá ao Ministério da Marinha, como autoridade marítima, implementar a lei que deverá prevenir a poluição provocada por embarcações, plataformas petrolíferas e instalações de apoio. Estão também sujeitas a essa regulamentação as obras de dragagem, pesquisa e lavra de minerais nas águas brasileiras.

Lucena apela por três estados nordestinos

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pediu ontem ao governo federal que, através do Ministério do Planejamento e da Secretaria de Desenvolvimento Regional, libere um crédito especial para que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em parceria com os governos estaduais, possa atender às vítimas da seca que vem castigando vários municípios do interior dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Humberto Lucena disse que, se não houver uma providência urgente, não sabe o que poderá ocorrer "em matéria de calamidade pública", em consequência da estiagem. Ele informou que já foi declarado estado de calamidade pública em dezenas de municípios da Paraíba e de outros estados do Nordeste, em razão da falta d'água generalizada, que prejudica os rebanhos e as populações.

Conforme Humberto Lucena, a falta d'água tem provocado "um verdadeiro clamor" dos prefeitos, vereadores e outras lideranças locais, que estão solicitando recursos aos governos estaduais para garantir o abastecimento d'água na zona rural.

Ele informou que o governador da Paraíba, José Maranhão, sem recursos para atender às vítimas da seca, veio a Brasília a fim de tentar conseguir, junto ao presidente da República, a liberação de verbas para proporcionar a compra de carropipa para levar água às regiões mais castigadas pela falta de chuvas.



Lucena: apelo contra a seca

*Carreira política do senador é destacada em plenário.
Decisão só depende agora da Câmara dos Deputados*

Indicação de Valmir para o TCU é aprovada com 63 votos

O plenário do Senado aprovou ontem, por 63 votos favoráveis e apenas uma abstenção, o nome do senador Valmir Campelo (PTB-DF) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. A indicação ainda será submetida aos deputados.

Pela Constituição, dos nove ministros do TCU, três são indicados pelo presidente da República (e devem ser aprovados pelo Senado) e os outros seis pelo Congresso. No caso dos indicados pelo Congresso, é votado um projeto de decreto legislativo. O nome de Valmir Campelo foi indicado à CAE pelas lideranças partidárias.

O relator do projeto na CAE, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do



Valmir: aprovado por 63 senadores

governo no Congresso, destacou que Valmir ocupou, durante 16 anos, cargos de administrador de três cidades-satélites de Brasília, foi deputado constituinte e é senador há mais de seis anos. O senador é bacharel em Comunicação Social pela Universidade de Brasília

e tem cursos de administração pública e municipal na Alemanha, em 1976 e 1989. Arruda destacou ainda a assiduidade, a participação, a pontualidade e a capacidade política de Valmir Campelo.

O senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, frisou já mais ter presenciado uma atitude censurável do novo indicado para o TCU. "É um homem altamente preparado para as funções que vai desempenhar", disse. Júnia Marise (MG), pelo PDT, e Nabor Júnior (AC), pelo PMDB, destacaram também a atuação e a capacidade de Valmir Campelo. Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, lembrou que há 92 anos um cearense, como é Valmir, não ocupava o cargo de ministro do TCU.

Amorim suspeita de desvio de dinheiro em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) voltou a criticar ontem a falta de informações que tem solicitado dos órgãos federais sobre os critérios para a liberação de verbas e os investimentos que a área econômica tem feito para a privatização da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron).

O governador tem dito que parte desse dinheiro enviado pelo governo federal será gasto em campanha para ajudar na sua reeleição e na campanha para a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso - afirmou.

Amorim disse que Rondônia, através da Ceron, tem arrecadado uma fortuna através de uma energia que é vendida "caríssimo" à população e ninguém tem informado ao contribuinte sobre a aplicação



Amorim: para onde vai o dinheiro?

desses recursos, embora o senador haja feito várias solicitações com esse objetivo junto ao governo federal e à Comissão de Economia e Finanças do Senado.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) disse que a denúncia de Ernandes Amorim é grave e esse fato está se tornando rotineiro em outros estados, como é o caso de Mato Grosso.

Criação de 35 novas varas da Justiça será em novembro

O plenário aprovou ontem requerimento de lideranças adiando para o dia 25 do mês que vem a votação do projeto, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que cria 35 novas varas da Justiça Federal nos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Amazonas. Se aprovado o projeto, serão 852 novos cargos, inclusive 35 de juízes.

Também foram adiadas para 25 de novembro as votações dos projetos que regulamentam as profissões de histotecnologista e de técnico de segurança patrimonial. O plenário aprovou a redação final de projeto de resolução que autoriza o Rio Grande do Sul a emitir títulos estaduais para pagamento de mais uma parcela de precatórios judiciais, na sessão de ontem.

Ney Suassuna: participação corrige vícios do Orçamento

Ao fazer uma exposição durante a última reunião regional da Comissão Mista de Orçamento, realizada ontem em Brasília - referente ao Centro-Oeste -, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a comissão preservará o hábito de exaurir os debates regionais visando tornar os recursos orçamentários anuais da União pré-participativos permanentemente.

- Nos debates que foram feitos em todas as regiões tivemos a oportunidade de corrigir vícios de orçamentos passados, onde os cidadãos sequer tinham noção da ação dos políticos na distribuição dos recursos - observou.

Também participaram do debate os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Onofre Quinan (PMDB-GO), o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, entre outras autoridades.

Na reunião ficou definido que os parlamentares terão até a próxima terça-feira para apresentar emendas individuais - cada deputado tem direito a apresentar até 20



Suassuna: sem contingenciamento

emendas - e de bancadas.

Suassuna disse ao governador do DF que, "a partir deste momento, a tônica dentro da Comissão Mista de Orçamento é a de que não haverá mais contingenciamento de verbas", e garantiu que a primeira cota do Orçamento deverá sair em janeiro.

O relator-geral do projeto, deputado Aracely de Paula, assegurou a execução do calendário de tramitação até o dia 15 de novembro, confirmando afirmação de Suassuna. Conforme o deputado, durante as reuniões regionais foram dissipadas todas as dúvidas sobre distribuição de recursos.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre o Orçamento da União (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - Debate entre a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o psiquiatra Josimar Mata de Farias França, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, sobre a saúde mental do povo brasileiro (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Ney Suassuna sobre o Orçamento da União (reapresentação)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça (vivo)
- 13h30 - "Fala Cidadão" - que responde a perguntas dos usuários do serviço 0800 (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h35 - "Senado em Pauta"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 00h30 - "Jornal da Amazônia"
- 01h - Debate entre a senadora Benedita da Silva e o psiquiatra Josimar Mata de Farias França, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, sobre a saúde mental do povo brasileiro (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

Obs.: Programação sujeita a alterações

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Suspensão temporária da negociação dos títulos públicos sugerida pela CPI dos Precatórios, segundo o relator, Wilson Kleinübing, constituiu procedimento cautelar, de defesa dos estados e municípios contra irregularidades

CAE examina como BC suspenderá títulos

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), acolheu pedido de vista formulado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao parecer do senador Wilson Kleinübing (PMDB-SC), acompanhado de projeto de resolução, sobre os procedimentos a serem adotados pelo Banco Central com relação à suspensão temporária da negociação dos títulos públicos estaduais e municipais determinada pela CPI dos Precatórios. A matéria voltará à pauta na próxima semana.

A CPI, em razão de seu caráter provisório, deliberou transferir para a CAE, depois de consultada a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a competência e análise dos procedimentos que o Banco Central deveria adotar para suspender as negociações determinadas.

Pelo projeto de resolução que visa regular a matéria, "o saldo devedor, devidamente atualizado, dos títulos públicos estaduais e municipais emitidos para pagamento de precatórios judiciais, cuja negociação esteja bloqueada junto à Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), será computado nos limites definidos nos artigos 3º e 4º da Resolução nº 69, de 14 de dezembro de 1995, enquanto não for promovido o resgate ou o cancelamento dos referidos títulos".

Wilson Kleinübing sustenta que a suspensão temporária da negociação dos títulos públicos especificados pela CPI dos Precatórios constitui procedimento cautelar, no sentido de evitar que os estados e municípios, vitimados por ações irregulares de seus dirigentes, "amargassem prejuízos ainda maiores". E lembrou que a matéria em exame deve retornar à Comissão de Justiça.



A CAE deliberou, ontem, sobre diversos projetos em pauta

Aprovada a programação monetária até dezembro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) à Programação Monetária para o quarto trimestre de 1997, encaminhada ao Senado pelo presidente da República. Da programação, constam estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.

A CAE aprovou outro parecer de Waldeck que conclui por um projeto de resolução do Senado autorizando o estado da Bahia a conceder garantias, no valor de até R\$ 14,4 milhões, às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, junto às instituições de crédito oficiais.

Os recursos serão destinados ao financiamento do controle da doença *vassoura-de-bruxa* e à recuperação da produtividade e da competitividade da lavoura cacaueira



Fernando Bezerra (D) presidiu a reunião de ontem da comissão

baiana. Por sugestão do senador Esperidião Amin (PPB-SC), a CAE decidiu solicitar ao Banco Central que emita parecer complementar sobre o oferecimento de garantias suficientes, por parte dos garantidos, para ressarcir o estado na hipótese de este precisar honrar o compromisso assumido.

A Comissão acatou, ainda, parecer do senador Ney Sussana (PMDB-PB) nos termos de projeto de resolução do Senado que autoriza o estado da Paraíba a transferir para a Caixa Econômica Federal (CEF) seus débitos junto ao Banco Bandeirantes, ao Banco BMC e ao Banco do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 124.195.703,02.

Foi aprovado igualmente

projeto de resolução apresentado em parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que autoriza o governo de Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito junto à CEF, visando a transferir dívidas junto a 12 instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 353.705.439,80.

Um pedido de vista formulado pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM) adiou a votação de mensagem do Poder Executivo que solicita autorização do Senado para que a União contrate operação de crédito externo com a empresa húngara Medicor Comercial S/A, no valor total de US 50 milhões destinados às Organizações Militares de Saúde do Ministério do Exército.

Comissão quer ouvir ministro Lampreia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acatou ontem requerimento de autoria do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) convocando o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ou quem o represente, para expor à comissão os possíveis efeitos de lei recém-promulgada pelo Paraguai que dá poderes para empresas daquele país maquiarem produtos importados, bem como a posição a ser adotada pelo governo brasileiro em relação ao assunto. A data do comparecimento ainda será definida pelo presidente da

CAE.

Para o senador amazonense, se aquela medida não for modificada, representará perigo de morte para a indústria brasileira, porque, assinalou, o Paraguai vai se tornar um entreposto para exportação de produtos asiáticos.

A CAE aprovou, ainda, parecer favorável à solicitação do governo do Rio Grande do Norte para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$ 40 milhões, destinados ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Foi acolhido parecer favorável a outro pedido do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito no mesmo valor, também destinado àquele programa. Essas duas matérias dependem ainda de deliberação do plenário.